



PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS EM ESCOLAS DE RIO GRANDE-RS: OCUPAÇÃO, PROTAGONISMO JUVENIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30147

Diego Noda dos Santos¹
Lígia Cardoso Carlos²

RESUMO: O artigo trata do momento político vivenciado entre os meses de maio e junho de 2016 no que diz respeito ao movimento realizado pelos estudantes secundaristas e que ganhou as escolas, as ruas e as mídias da época com a nomenclatura Movimento de Ocupação, no recorte espacial do município de Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul – RS. Fundamenta-se nas práticas socioespaciais que o constituíram, possibilitando compreender processos sociais e pessoais delas advindas. A pesquisa de natureza qualitativa tomou como método para geração de dados a entrevista narrativa com estudantes que participaram do processo de ocupação em dez escolas públicas do município citado. Essas memórias foram analisadas tendo como procedimento para o tratamento dos dados processos da análise de conteúdo. A base de análise foi organizada com os conceitos de lugar, território, redes e ação política para compreender os processos desenvolvidos nas escolas durante o movimento e, também, no período que o sucedeu. Como resultados a pesquisa revelou que aprendizagens democráticas foram construídas a partir de um processo de protagonismo juvenil como ação política, com conquistas no âmbito político e pessoal que reconfiguraram as escolas enquanto território e lugar naquele tempo e espaço das ocupações.

Palavras-chave: Movimento de ocupação secundarista; práticas socioespaciais; protagonismo juvenil;

¹ Licenciado e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas. Professor da rede básica de ensino. E-mail: diegonoda@hotmail.com

² Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: ligi@ufpel.edu.br

SOCIO-SPACIAL PRACTICES IN SCHOOLS IN RIO GRANDE-RS: OCCUPATION, YOUTH PROTAGONISM AND DEMOCRATIC PARTICIPATION

ABSTRACT: The article is about of the political moment experienced between the months of May and June 2016 regarding the movement made by the high school students and which won the schools, the streets and the media of the time with the Occupation Movement nomenclature, in the space cut of the municipality of Rio Grande in the state of Rio Grande do Sul - RS. It is based on the socio-spatial practices that constituted it, making it possible to understand their social and personal processes. The qualitative research had as method for data generation the narrative interview with students who participated in the occupation process in ten public schools in the city mentioned. These memories were analyzed from the procedure for data processing of the content analysis. The basis of analysis was organized with the concepts of place, territory, networks and political action to understand the processes developed in the schools during the movement and also in the period that followed it. As a result the research revealed that democratic learning was built from a process of youth protagonism as political action, with achievements in the political and personal that reconfigured the schools as territory and place at that time and space of occupations. As result the research revealed that democratic learning was built from a process of youth protagonism as political action, with political achievements and personal that reconfigured the schools as territory and place at that time and space of occupations.

Keywords: High school occupation movement; socio-spatial practices; youth protagonism; public school; democracy.

INTRODUÇÃO

O artigo trata das vivências, das experiências e da participação de jovens estudantes secundaristas na ocupação das escolas estaduais do município de Rio Grande, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul, entre maio e junho do ano de 2016. Tem como propósito identificar práticas socioespaciais que constituíram o movimento de ocupação, a partir das narrativas de estudantes que dele participaram, bem como indicar alguns efeitos daquela experiência na constituição dos sujeitos no período posterior ao movimento.

No contexto do estudo entendemos como práticas socioespaciais aquelas em que as relações sociais e o espaço social operam simultaneamente e possuem uma densidade que configura e qualifica a reciprocidade entre ambos os conceitos. Já as ocupações, objeto de investigação, foram consideradas no âmbito de reivindicações mais amplas feitas através de

movimentos sociais que tiveram como pano de fundo a crise social, econômica e financeira que se expressa desde 2008. O fenômeno que surge com intensidade em 2011, conforme apresenta Carneiro (2012, p. 7), foi uma “eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua.” Os movimentos que ocorreram na América Latina, no âmbito estudantil, empenharam-se na luta por uma educação pública e de qualidade socialmente referenciada, sendo capazes de mobilizar setores da juventude e de excluídos sociais alvos de intensas e sistemáticas repressões, sejam elas na esfera material ou intelectual.

No que se refere ao processo da pesquisa, foram realizadas 11 entrevistas narrativas (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002) com estudantes de 10 escolas das 11 ocupadas no município, observando que o município tem 13 escolas estaduais com ensino médio.³ As entrevistas foram individuais com um estudante de cada escola, com exceção de uma em que dois estudantes da mesma escola participaram da entrevista. Eram jovens na faixa etária entre 15 e 18 anos com reconhecida liderança entre os pares. No período da coleta de dados, 2018, a maioria já havia ingressado na universidade e os demais estavam preparando-se para o ingresso. O tratamento e análise dos dados teve como princípio a análise de conteúdos (FRANCO, 2003), considerando seis unidades de análise – a gênese e os desdobramentos do movimento, pautas do movimento, protagonismo juvenil, atividades desenvolvidas nas ocupações, a questão da liderança, conquistas e aprendizagens democráticas.

O texto foi organizado apresentando a caracterização das ocupações estudantis, considerando o local em que ocorreram; a base de compreensão teórica, ou seja, dimensão socioespacial e protagonismo juvenil; a discussão dos dados a partir das narrativas dos estudantes organizadas em unidades de análise e as considerações finais.

CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO DE ESTUDO: AS OCUPAÇÕES

Discutir e investigar as ocupações escolares que ocorreram em várias partes do país é reconhecer que os jovens estudantes se interessam por questões da política educacional e da escola pública. Foram manifestações de rua, rodas de conversa, caminhadas e outras

³ Os estudantes autorizaram o uso das entrevistas e seus nomes, indicados no texto, são fictícios. As escolas não foram identificadas nas falas dos entrevistados na perspectiva de reforçar o anonimato.

tantas atividades que transcenderam os muros das escolas e ganharam visibilidade em um contexto de protagonismo. Eram jovens de vários bairros da cidade, grande parte localizados na periferia, vinculados ou não com movimentos sociais ou grupos juvenis religiosos, os quais viram no movimento de ocupação uma forma de participar na construção da mudança que almejavam para a escola pública, defendendo-a e exigindo sua qualificação.

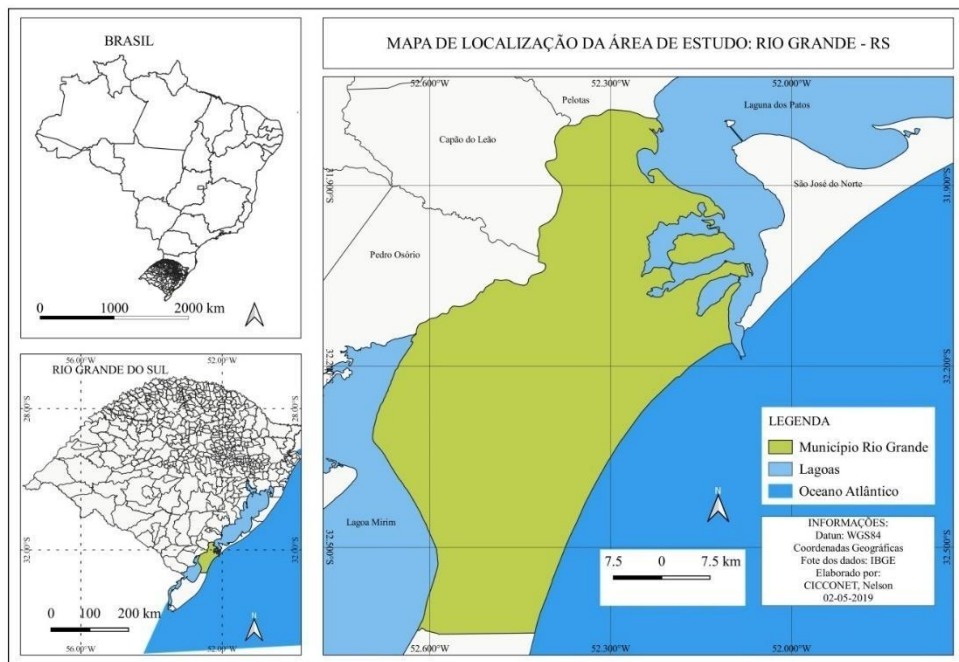
O Movimento de Ocupação Secundarista teve como foco a defesa da escola pública e sua educação de qualidade. Estendeu-se pelo estado do Rio Grande do Sul, mas, começaram no estado de São Paulo ainda em 2015. Tiveram o apoio da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES e, no RS, da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas – UGES.

A partir de dados do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) do Ministério da Educação é possível identificar que em 2016 o Rio Grande do Sul ficou em sexto lugar em desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e alcançou, em 2015, o pior desempenho desde o início da série histórica do IDEB, iniciada em 2005. Ainda, estava em 13º lugar quando comparado com todas as unidades da Federação. Estes índices nos apontam para fragilidades não somente no desempenho, mas, no pertencimento ao espaço escolar. Segundo Vesentini (2004), podemos observar que a realidade do ensino no Brasil requer que o poder público reveja as políticas educacionais para que as ciências e a educação sejam valorizadas, qualificando assim o desenvolvimento dos espaços educacionais do país.

Rio Grande foi o segundo município do Estado com maior número de ocupações, sendo o primeiro Porto Alegre, conforme dados do Centro de Professores do Rio Grande do Sul (CPERS) ⁴. As ocupações secundaristas de Rio Grande ocorreram em escolas localizadas na parte central do município, nos bairros e em um distrito. O mapa a seguir situa o município de Rio Grande no contexto do país e do estado do RS. Na sequência, o segundo mapa identifica as 11 escolas ocupadas, sendo que a escola Loréa Pinto não teve participação nas entrevistas narrativas.

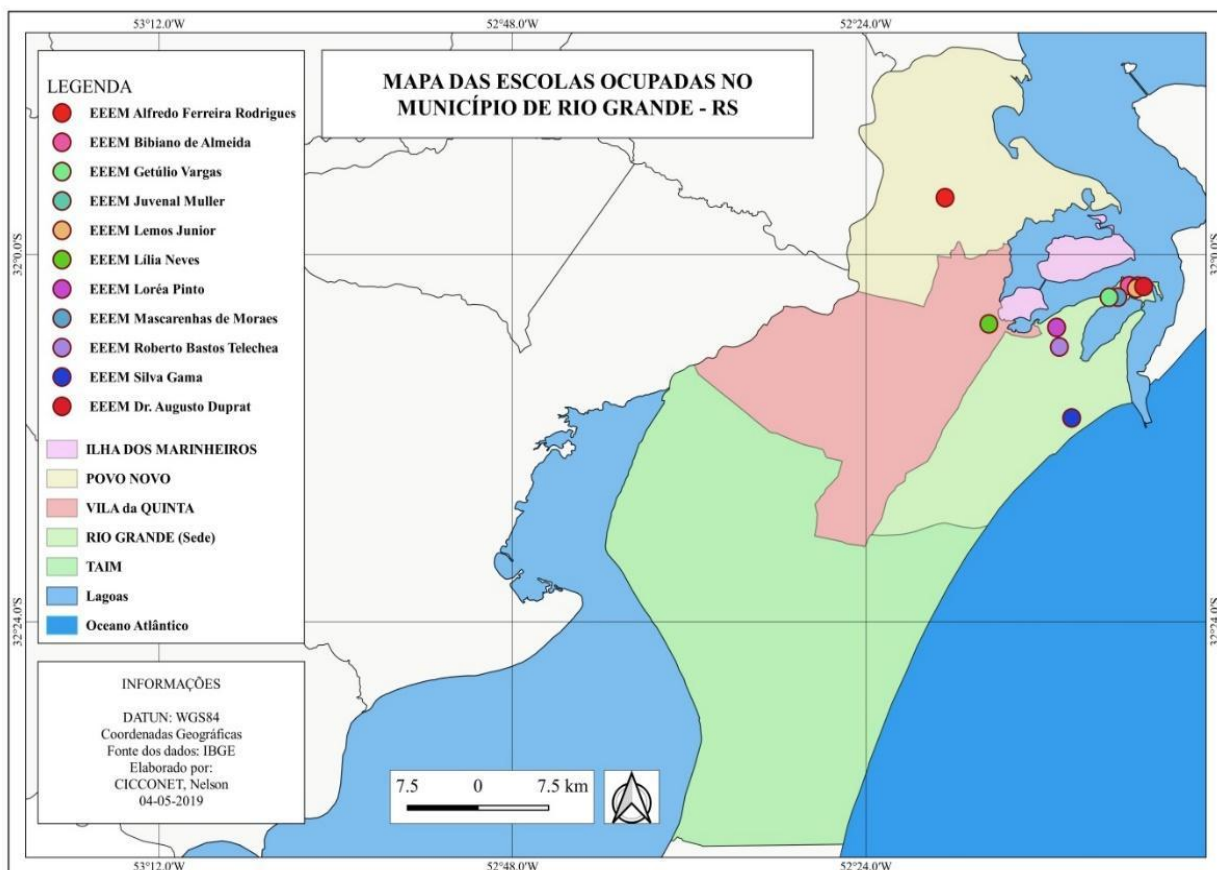
Figura 01 - Mapa da localização da área de estudo

⁴Disponível em <https://cpers.com.br/cresce-ocupacoes-de-escolas-por-estudantes-em-diversas-regioes-do-estado-em-defesa-da-educacao/> Acesso 31/08/2020



Fonte: Cicconet, 2019

Figura 02 - Mapa das escolas ocupadas no município de Rio Grande/RS



De acordo com Cattani (2017), precisamente em 11 de maio de 2016 o movimento tem início no Rio Grande do Sul, motivado pelo crescimento das manifestações dos estudantes secundaristas de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Os estudantes gaúchos preconizaram o Movimento de Ocupação do RS na Escola Estadual Emílio Massot em Porto Alegre, iniciando assim uma das maiores mobilizações estudantis já vistas no estado. Essas mobilizações ocorreram de maio a junho e foram mais de 150 escolas ocupadas por estudantes em todas as regiões do estado.

Foi se estabelecendo entre os estudantes a ideia de que a alternativa para defender e qualificar a educação pública seria ocupar e resistir. Embora a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) tentasse impedir que o movimento ganhasse força e se ampliasse, os debates cresciam nas rodas de conversa organizadas nas escolas, nos cartazes das ocupações e nos diálogos da opinião pública. Foram fortalecidos com as pautas particulares de cada escola que aderiu e, também, por pautas mais gerais como o repúdio ao projeto de lei enviado pelo executivo estadual que estabelecia a possibilidade de organizações sociais gerirem bens públicos (PL 44/2016), abrindo espaço para a privatização das escolas, e o projeto Escola sem Partido (PL 190/2015), um cerceador da democracia na escola pública, contendo a ideia de censurar o pensamento e a diversidade de expressão.

Outro fator importante para que o Movimento de Ocupação no município de Rio Grande ganhasse expressivo caráter organizativo e pudesse sair às ruas com atos, manifestações públicas, caminhadas e protestos, foi a rede de contatos criada através das mídias sociais. De acordo com Severo y Segundo (2017):

Tal rede foi potencializada pelo emprego de mídias sociais como o *Facebook*, que tinha através da página *Ocupatudo* um papel de divulgação do número de ocupações e notícias sobre cada escola, e o *WhatsApp*, que funcionava como rede interna dos grupos, na qual trocavam informações operacionais imediatas. (SEVERO Y SEGUNDO, 2017. p.87)

Segundo dados do Centro de Referência em Escola Integral⁵ que acompanhou o processo de ocupação nas escolas, quando os estudantes tomaram para si o gerenciamento

⁵Centro de Referência em Educação Integral (Por Caio Zinet). Escolas Ocupadas mostram que outra educação é possível e necessária. Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/escolas-ocupadas-mostram-que-outra-educacao-e-possivel-e-necessaria/> Acesso em 14/07/2017

das dinâmicas escolares, envolveram-se em atividades que demandavam ações efetivas de autogestão, tais como reparos em rede de água e limpeza das escolas, e tomaram consciência de problemas de infraestrutura que, no geral, dependem da agenda burocrática dos governos. Essas ações e processos tiveram nas rodas de conversa (Figura 03), seu principal local de engendramento.

Figura 03: Rodas de conversa nas ocupações secundaristas em Rio Grande/RS, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Oficialmente, no dia 23 de junho de 2016 foi encerrado o Movimento de Ocupação nas escolas do Rio Grande do Sul quando um acordo entre o Comando das Escolas Independentes (CEI) e a SEDUC foi firmado, mediante o comprometimento do governo do estado em atender demandas feitas pelos estudantes. Dentre as demandas estavam o repasse de verbas para obras e reformas nas escolas, a reposição de professores e a complementação de recursos destinados à merenda escolar.

O LUGAR, O TERRITÓRIO E AS REDES DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO

Quem nunca se deparou com aquela memória que faz lembrar um acontecimento vivido, que traz uma sensação de saudade? Entendemos que nossa memória pode nos remeter a algum *lugar* e que este conceito está ligado ao nosso cotidiano e a espaços que possam nos dar a ideia de pertencimento ou apreço. E se fôssemos além? Poderíamos dizer que a escola com ocupação é um lugar? Também um território?

Conforme o geógrafo Souza (2013) há dimensões presentes nos conceitos:

Pois bem: no caso do conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está em primeiro plano ou que é aquela mais imediatamente perceptível, diferentemente do que se passa com o conceito de território, mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas (...) o lugar está para a dimensão cultural-simbólica assim como o território está para a dimensão política. (SOUZA, 2013, p.117)

Se o lugar está relacionado com a dimensão cultural-simbólica e o território com a dimensão política, podemos vincular esta afirmação à ideia de poder que Raffestin (1993) traz em suas análises sobre o território. Segundo ele, o território é material ainda que possa não ser perene, é passível de delimitação e precisa do poder e das pessoas. Podemos, desta forma, inferir que nas ocupações havia um tensionamento na perspectiva de constituir um território em torno de objetivos comuns e coletivos que invertessem uma determinada lógica do poder que entrava nas escolas através de ações e mudanças curriculares de cunho duvidoso e, por vezes, oportunista.

Quando pensamos nas articulações intrincadas no movimento de ocupação, a palavra rede nos ocorre e lembra o material que recolhe do mar os peixes, com um sistema de linhas e nós, e ilustra o município investigado, dada a sua proximidade com o mar. No entanto, abordaremos as redes abstratas e seus desdobramentos na articulação de informações no espaço geográfico na perspectiva de Souza (2013), para o qual as redes podem ser consideradas geográficas quando interconectadas por certo número de ligações definidas como fluxos. Esses fluxos podem ser de passageiros, de informação, de energia e, ainda, podem articular e ligar diferentes pontos no espaço no qual interagem ser humano e natureza em uma condição de transformação através da organização social, técnica e econômica.

Um modo de demonstrar as redes abstratas é utilizar os sistemas de nós e fios como metáfora. Tomando como exemplo Souza (2013), uma rede de abastecimento de água possui as unidades consumidoras como sendo os nós e as tubulações como sendo os fios. No contexto das escolas ocupadas, podemos entender que os nós seriam as escolas que

estavam sendo ocupadas e os fios os estudantes envolvidos no processo, articulando entre si um fluxo de informações que culminavam nas manifestações, atos e plenárias, mantendo a organização do movimento em nível local e regional e configurando o território do Movimento de Ocupação. Nesse sentido, mesmo que pareça difícil, como sugere Raffestin (1993), associar o conceito de rede ao conceito de território, Souza (2013) indica que é possível combinar os dois conceitos, chamando de “território em rede” o poder organizado em rede, como ocorreu nas ocupações. O território delimitado ou construído desde relações abstratas é criado a partir das relações sociais que se reposicionam com a força das redes criadas nas novas tecnologias da comunicação e da informação. Cabe ressaltar, por fim, que mesmo com todas as conexões virtuais e em rede que colaboraram para a articulação dos atos e protestos coletivos, foi basilar a interação presencial entre as pessoas nos espaços públicos como forma de manifestação democrática.

PROTAGONISMO JUVENIL NO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO

Muito se fala em protagonismo juvenil em muitos seguimentos da vida cotidiana. O termo surge a partir do momento em que é preciso negociar interesses desta faixa etária. No entanto, a socióloga Souza (2006) apresenta uma crítica ao protagonismo quando este é vinculado a uma condição individual. Segundo ela, há um discurso sobre o protagonismo juvenil construído e difundido desde os anos 1980. Esta perspectiva está embasada no entendimento de políticas internacionais que declararam, através da Organização das Nações Unidas (ONU), 1985 como o Ano Internacional da Juventude.

Deste período para cá foram sendo articuladas políticas públicas para a juventude que prescrevem formas de participação, ou seja, há um campo de possibilidades de atuação já definidos previamente. Neste contexto, Souza (2006, 2017) entende que o protagonismo pode se expressar como atuação social ou ação política. A autora considera como “ação política” o poder de decisão, a criação e a mudança no rumo dos eventos e entende “atuação social” como a defesa de **interesses particulares** ou simplesmente o “fazer coisas” que nada mais é do que uma prestação de serviços a si próprio ou à comunidade. Nas últimas décadas o que ela chama de “ação política” foi intencionalmente substituído ou confundido com a **“atuação social”**.

A partir do entendimento do protagonismo estudantil como ação política e não como atuação social é que este estudo analisou os estudantes secundaristas do Movimento de

Ocupação. O Movimento de Ocupação teve como base o questionamento de determinadas políticas educacionais e encaminhamentos pedagógicos estabelecidos aos espaços educacionais. Nos processos de questionamento os estudantes desencadearam iniciativas que os ajudaram a se reconhecerem como sujeitos da construção do conhecimento e protagonistas de ações com desdobramentos geopolíticos relevantes.

CONSTRUÇÃO DAS APRENDIZAGENS DEMOCRÁTICAS NO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO

Considerando o protagonismo juvenil como ação política e o discurso sobre o protagonismo como atuação social (SOUZA, 2006, 2017), acrescidos dos conceitos de lugar, território e redes (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2013), é apresentada a discussão que segue.

a) A gênese e os desdobramentos do movimento nas escolas: O Movimento de Ocupação nas escolas estaduais de Rio Grande tem origem no anseio por mudar o contexto de precarização das escolas estaduais que tomou conta dos estudantes secundaristas no RS. O movimento iniciou com a ocupação de duas escolas estaduais no município, ocorridas com algumas horas de diferença. Conforme as narrativas, percebendo o momento político que estava sendo marcado pela greve dos professores devido aos salários atrasados e parcelados, alguns estudantes começaram a se organizar para garantir espaços de estudo como alternativa para amenizar a falta de aulas. Foi então que a notícia das ocupações em Porto Alegre despertou a ideia de realizar uma ocupação como forma de luta e manutenção do espaço escolar. Conforme Mateus, um dos participantes da pesquisa: “No dia 11 de maio, uma quinta feira, a minha professora de português falou que ocuparam um colégio lá em Porto Alegre. [...] aí a gente falou: Tá! Vamos ocupar a escola!” Não houve, inicialmente, uma comunicação formal entre as escolas. No entanto, a partir do momento em que os alunos de uma escola decidem ocupar e começam a se organizar para iniciar o movimento, informações pelas redes sociais chegam até os estudantes que faziam parte do Grêmio Estudantil de outra escola, os quais, segundo o estudante Caetano, também resolvem ocupar: “A gente recebeu a notícia de que o [...] ia ocupar no outro dia [...] aí eu falei, então a gente vai ocupar [...] de manhã, mas a gente não tinha nada [...]. Fizemos uma assembleia e aprovamos.”

A difusão da informação fez com que os alunos da primeira escola se organizassem de forma mais rápida, não para ver qual escola ocupava primeiro, mas sim, para adiantarem-se frente à direção que tentou impedir a ocupação fechando a escola no turno da tarde, conforme lembra o estudante Roberto:

Não sei como descobriram. [A direção] falou que iam fechar a escola depois do turno da manhã e que não ia ter ocupação. [...] aí eu coloquei no *facebook*: “A escola está ocupada.” A gente desceu a caixa de som e o diretor ficou na salinha dele, na sexta pela manhã. Aí começou a chegar um pessoal, a gente começou a se concentrar ali no pátio mesmo. Ao meio-dia a gente já tinha em torno de trinta pessoas. (Roberto, entrevista)

Pelas narrativas dos estudantes, o processo que levou ao início do movimento em Rio Grande aconteceu de forma simultânea, indicando certa autonomia e voluntarismo, conforme relata o estudante:

A gente nem sabia que o [nome da escola] ia ocupar a escola [...] não teve nenhuma comunicação [...]. Foram as duas ocupações no mesmo dia nas escolas de Rio Grande [...] eu acho que eles ocuparam pelos mesmos motivos que estavam acontecendo na nossa escola. (Roberto, entrevista)

A partir desse momento inicial, a decisão de ocupar foi se ampliando para as demais escolas do município, as quais tinham problemáticas semelhantes e anseios comuns por parte dos estudantes secundaristas. Eles viram no Movimento de Ocupação a oportunidade de expor as precárias condições de infraestrutura, o descaso com a escola pública e a falta de verbas, além do apoio aos professores que estavam iniciando seu processo de greve por atraso e parcelamento dos salários. Os questionamentos locais sobre o movimento começam a se alastrar, como relatou Rosa:

Por que o nosso colégio não está organizado? O que está acontecendo? Por que no meu colégio não tem isso? E daí foi quando ela [a professora] falou que a gente tinha que se organizar. Aí eu fiquei naquela noite com aquilo na cabeça. Se organizar..., mas se organizar como? Mandeí mensagem [para outra colega] e a gente conversou, vamos fazer alguma coisa segunda feira. Vamos! Na sexta feira a gente tinha que fazer os cartazes, tinha que deixar tudo pronto para na segunda a gente chegar lá e ocupar, começamos a chamar os mais próximos [...] (Rosa, entrevista)

Algumas escolas já tinham uma caminhada mais estruturada em termos de organização política, através de Grêmio Estudantil e de contatos com coletivos partidários. Este contexto colaborou para que a decisão de ocupar fosse definida a partir de deliberação de assembleias ou consultas aos estudantes. Por outro lado, escolas que não tinham a mesma prática tiveram no movimento oportunidade para realizar a experiência de [Ideação](#). *Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde*. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.

organização política. Deste modo, a ocupação foi alterando relações sociais no âmbito da escola a partir de outras formas de organização do espaço escolar. Dialogando com Souza (2013), foram se constituindo outros lugares a partir de uma mudança do espaço social, ou seja, para mudar as relações sociais é necessário mudar a organização espacial.

b) *Pautas do movimento*: No caso das pautas que foram debatidas e reivindicadas durante todo o período das ocupações, é possível observar que existiram três tipos: as pautas de ordem nacional que estavam no centro das discussões políticas sobre educação; as que se destacavam nas escolas estaduais do município – pois se tratava de uma agenda política estabelecida pelo governo estadual – e as pautas específicas que compreendiam as carências e demandas de cada escola em particular. Desse modo, estava presente uma dimensão multiescalar nas demandas do movimento de ocupação secundarista, expressando a complexidade do fenômeno estudado.

O PL 867/2015⁶ que tratava da inclusão do "Programa Escola sem Partido" nas diretrizes e bases da educação nacional e a discussão sobre a PEC 241/2016⁷ que ficou conhecida como a "PEC da morte", pois, tratava do congelamento dos recursos para as áreas da saúde e da educação por 20 anos, eram as pautas da conjuntura nacional, conforme declara Dandara:

Foi um processo bem rápido... a gente já vinha pensando em fazer alguma coisa devido a todas as questões que estavam acontecendo no cenário político daquela época, os projetos lei que estavam no pleito para serem aprovados e a gente queria fazer alguma coisa com relação a isso... nos mostrarmos enquanto participantes políticos. (Dandara, entrevista)

De maneira geral, masevidenciado nas falas dos estudantes de seis escolas, as principais pautas que unificavam o movimento local com as pautas de ordem regional eram principalmente a falta de materiais como folhas e canetas para quadro branco, a estrutura física inadequada e a merenda escolar insuficiente, indicando a falta de investimento do Estado para com as escolas e o atraso no repasse das verbas a elas destinadas. Somou-se a isso o restrito número de professores nas escolas e a questão salarial dos docentes, conforme relata o estudante Vitor:

⁶ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>
Acesso em 20/04/2019.

⁷ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>
Acesso em 20/04/2019.

[...] Outra coisa foi o parcelamento dos salários dos professores, isso foi uma coisa que motivou. Eles não demonstravam, estavam ali sorrindo, mas a gente sabia que tinha algo errado, porque é uma dor, é triste tu receber teu salário parcelado, não ser valorizado pelas pessoas. E ainda mais eu... pensando em ser professor um dia, como que eu vou sobreviver assim? Então a gente pensou que se todo mundo se juntar, se unir e revolucionar, alguma coisa vai acontecer. (Vitor, entrevista)

Nas pautas de caráter mais específico de cada comunidade escolar várias questões se destacaram conforme segue: melhoria na estrutura física das escolas, mudança da grade de horários, colocação de faixa de pedestres em frente à escola, construção de quadra de esportes, melhoria na qualidade da merenda escolar, defesa da liberdade de expressão, apoio para atividades culturais, reforma na cozinha e aquisição de materiais de expediente e higiene.

Observando estes dados é possível retomar os conceitos apresentados por Souza (2006, 2017), os quais entendem que o protagonismo pode se expressar como atuação social ou ação política. Sendo a “ação política” o poder de decisão e a busca por mudança no rumo dos eventos com propósitos coletivos e de modo autônomo, é possível entender que as pautas nacionais, regionais e locais resgatam a ideia de ação política fora dos marcos convencionados socialmente para aquele grupo, aspecto importante para entender o protagonismo que será discutido no próximo tópico.

c) *Protagonismo Juvenil*: O protagonismo juvenil foi o motor das ocupações, tanto na escala regional quanto na escala local. Os dados indicam que o fato político das ocupações ocorreu a partir da percepção dos estudantes de que o movimento se configurava em uma oportunidade de lutar pela escola pública, frequentemente ameaçada pelas políticas contraditórias já mencionadas anteriormente e que se destacavam na conjuntura da época. As narrativas de dois estudantes de uma das escolas ocupadas traduzem este momento de ampliação da compreensão dos vínculos entre o cotidiano e as questões econômicas e políticas:

A ocupação foi uma coisa que mesmo quem participou pouco nunca vai esquecer. Tiveram coisas que a gente aprendeu aqui na escola em um mês que as pessoas não aprendem em três anos do ensino médio. (Francisco, entrevista)

A galera daquele tempo saiu entendendo que, e essa foi uma grande sacada nossa,

por mais que a gente tenha lado e que alguns de nós vista uma camiseta, milite em um coletivo, a gente não quer que o cara vá trabalhar numa indústria e vote contra uma greve do sindicato, entendeu? Que se entenda, que tenha consciência de classe, é isso. (Caetano, entrevista)

Tomar a iniciativa e entender-se como sujeito no espaço social é uma das condições principais de um protagonismo, entendido como ação social. Algo que faz ou poderia fazer parte da realidade e condição juvenil. Dentro do modelo dominante em que estamos cotidianamente submetidos no espaço escolar, não é estabelecido que o jovem discuta e opine de modo ampliado, mas, se coloque como ator em um campo de possibilidades já definidas (Souza, 2006). Sobre o processo de tomar a iniciativa é possível encontrar argumentos no relato do estudante Mateus:

Quando a gente entrou na ocupação a gente sabia que era por uma causa justa. Mas, a gente não tinha total noção de como isso funcionava. Então a gente foi tomando a frente e tinha que tomar essa iniciativa, não de impor porque era tudo muito democrático lá dentro. (Mateus, entrevista)

E, também, na fala do estudante Marcos:

Foi uma coisa muito incrível, porque ninguém sabia o que era ocupar, ninguém sabia o que era lutar pela educação de fato, o quão valioso era e o quão importante era. A gente foi descobrindo no caminho, foi vendo a importância de um grêmio estudantil que nós não tínhamos [...]. (Marcos, entrevista)

Ainda, resgatando Souza (2006, 2017) entendemos que o protagonismo das ocupações ocorreu como ação política ao buscar estabelecer um diálogo com a sociedade e com o governo na perspectiva de novos rumos para a educação nas escolas de um modo criativo, ampliado e não marcado pelo individualismo. Importante lembrar que a tomada de consciência e o protagonismo em si ocorrem a partir do momento em que os jovens secundaristas precisam gerenciar o espaço escolar, além de garantir o debate das pautas, a realização das atividades e a organização das redes abstratas formadas com as outras escolas, com os movimentos sociais apoiadores da comunidade, imprensa e seus desdobramentos. Souza (2013), ao descrever as redes abstratas como um conjunto estruturado de ligações com fios, arcos e nós que compõe uma trama integrada, nos ajuda a

entender acontecimentos históricos recentes como as ocupações que se beneficiaram das redes sociais sem abdicar, no processo de mobilização, da interação presencial em espaços públicos. Isso pressupõe uma capacidade de organização que ultrapassa as necessidades locais, ou seja, as carências da escola em que ocorria o movimento, para ir em busca de novos horizontes que oportunizassem educação escolar de qualidade para um maior número de pessoas.

d) *Atividades desenvolvidas nas ocupações*: Rodas de conversa, oficinas de História do Brasil, macramê, grafite, teatro e música, limpeza da escola e organização da alimentação, virada cultural, caminhadas, assembleias, plenárias entre as escolas ocupadas foram as atividades evidenciadas nas narrativas. Esses feitos marcaram aquele inverno de 2016 nas ocupações de Rio Grande. Conforme as narrativas, as escolas nunca estiveram tão limpas, cheias de vida, de cultura e de outros modos de aprender, para além da sala de aula convencional. Assim como os assuntos da população nas paradas de ônibus, nas redes sociais e nos veículos de comunicação – como os jornais e telejornais – nunca estiveram tão repletos de conteúdos sobre a escola. Mesmo que evidenciassem conflitos de posição e entendimento sobre os sentidos e significados da escola entre os ocupantes, os estudantes que não aderiram ao movimento de ocupação e os demais integrantes da comunidade escolar.

“A gente teve muita coisa, a gente teve muita aula (...). Os pais e alunos adoravam dizer que a gente estava ali de vagabundo, mas na verdade a gente estava tendo aula, a gente limpava a escola, ou se dividia entre as outras escolas para fazer plenárias ou ajudar as outras escolas. Tinha reuniões para ter um calendário do que fazer. Debate, a gente debateu muito sobre tudo que é tipo de assunto.” (Lucas, entrevista)

A partir dos relatos é possível considerar que as atividades realizadas dentro das escolas ocupadas davam subsídios para que os estudantes engajados ao movimento pudessem entender o momento político em que estavam inseridos e, também, romper com uma lógica que os tornavam conformados com situações que não atendiam às suas necessidades. Desse modo, houve um processo que Souza (2013) chama de “lugarização”. Conforme o autor:

O capitalismo contemporâneo, que impessoaliza, atomiza e massifica, também gera reações psicológicas como a necessidade de familiarizar-se (ou mesmo apegar-se) a

certos espaços – tornados, assim, lugares –, por mais que a vivência deles traga as marcas da velocidade e da falta de intimidade. Para além da óbvia dependência humana do espaço enquanto materialidade (substrato), e, também para além da necessidade de constituição de territórios, há uma visceral necessidade psicológica de “lugarização”, de tornar familiares e dotar de significado e carga afetiva as porções do espaço com as quais mais interagimos. (SOUZA, 2013, p. 126-127)

A partir desta “lugarização”, ou seja, da possibilidade de tornar os espaços escolares lugares, considerando seus sentidos e características, foi possível o estabelecimento de uma relação de afetividade e desejo dos jovens ocupantes com suas escolas. Tudo isso constituiu, de certa forma, a criação de um território onde puderam ter voz e ter protagonismo.

A gente procurou trazer bastante oficinas de teatro, capoeira, cine debate que nos acrescentaram muito para ter uma noção mais concreta e histórica do que estava acontecendo ali. Do porquê de as pessoas terem atitudes conservadoras com a gente. A gente estudava sobre ditadura dentro da escola, mas a gente estava cumprindo um cronograma e não tinha como se aprofundar naquilo, então quando a gente fazia cine debate, quando a gente lia algumas coisas a gente tinha uma noção muito maior do porquê as pessoas estavam pensando assim, que isso era na verdade uma construção social que colocam na cabeça das pessoas mais velhas para nos atacarem, então aquilo nos ajudou muito. (Mateus, entrevista)

e) *A questão da liderança*: Observando a história, podemos identificar que a constituição de lideranças marca os acontecimentos e processos. No caso das ocupações, os dados mostram que esta questão da liderança foi bastante questionada e, em alguns momentos negada. O propósito era o de que todos participassem de forma igualitária dentro do espaço que estava sendo criado com a ocupação, de modo que prevalecesse a vontade da maioria, em um encaminhamento democrático. Conforme narrou Gilberto:

A gente sempre levou mais para o lado do coletivo porque a gente não estava muito tempo junto só na escola, a gente estava fora. Aí quando se tem vivência em mais de um lugar tu crias uma visão diferente. [...] Não teve uma hierarquia verticalizada, era sempre no coletivo, todos decidiam coletivamente. (Gilberto, entrevista)

Porém, com as narrativas é possível perceber que alguns jovens se destacaram, assumindo tarefas cotidianas, tendo iniciativas diante de necessidades imediatas e

demonstrando habilidades de diálogo, de oratória e desinibição. De acordo com o estudante Mateus:

[...] Essa questão de liderança é muito de personalidade da pessoa. Alguns alunos vão ter mais este espírito de liderança e vão acabar tomando mais a frente disso. Ao mesmo tempo tínhamos um ambiente democrático e era o que a gente defendia. Então, a gente foi separando as pessoas que tinham mais aptidão para falar em público e para defender as ideias, para representar nas assembleias. (Mateus, entrevista)

Complementando com a fala de Marcos:

É muito difícil não falar em liderança, mas lá dentro a gente não queria ter um líder [...] o que a gente fez foi uma comissão organizadora e ela tratava da organização. Qual era a comissão? Eram os alunos que tomaram partido pela ocupação e os que estavam sempre na escola, os que tinham disponibilidade de ficar lá. (Marcos, entrevista)

Diante desta afirmação podemos pensar que alguns estudantes acabaram se constituindo como lideranças dentro da ocupação, mesmo que esta não tenha sido a ideia inicial. Este fato ocorre a partir do momento em que os conflitos interpessoais ganham visibilidade e estratégias e arranjos locais são estabelecidos. Fatos que produzem nos sujeitos tomadas de consciência de suas limitações e das exigências daquela situação.

Um dado importante que as narrativas revelaram é o fato de que o processo foi mais articulado e propositivo nas escolas que deliberaram formas de organização e administração da ocupação pautadas no trabalho coletivo. Três escolas que estabeleceram, talvez de modo espontâneo, manter um grupo de alunos liderando o processo, enfrentaram problemas internos de relacionamento ou dificuldades na gestão do espaço por incompatibilidade de pensamento sobre encaminhamentos ou mesmo pela questão da disputa de poder. Segundo Raffestin (1993) o poder como o conhecemos é inevitável e nada inocente, pois se trata de relações existenciais ou produtivistas que procuram modificar as relações sociais e até mesmo as relações com a natureza. Contudo, no movimento de ocupação, através da tomada de decisões coletivas, o processo tornou-se mais descentrado, possibilitando que aprendizagens democráticas começassem a surgir dentro das ocupações.

f) *Conquistas e aprendizagens democráticas*: Com as informações, obtidas através das entrevistas narrativas realizadas com os estudantes secundaristas participantes das ocupações, foi possível perceber que o protagonismo e as aprendizagens democráticas se tornaram importantes elementos que, ao longo dos meses de maio e junho de 2016, fundamentaram as ocupações no município de Rio Grande-RS. No entanto, estes elementos não ficaram presos em um passado histórico recente, pelo contrário, continuaram presentes naqueles que foram os sujeitos do movimento. No que diz respeito às conquistas de cunho pessoal, os relatos garantem que o movimento desempenhou um papel fundamental para a formação da consciência política e cidadã, como podemos observar em três narrativas:

Dentro da ocupação foi o lugar que eu me descobri cantora, foi um dos lugares que eu cantei pela primeira vez para um público grande. Assim, foi essencial na minha construção enquanto ser humano, enquanto participante de uma sociedade, enquanto ser político política. Eu me descobri bastante dentro da ocupação. (Dandara, entrevista)

A questão da ocupação para mim mudou a minha visão política. Eu soube mais sobre o que falar, me expressar [...] procurei saber sobre os nossos direitos, o que a gente precisava o que a gente não precisava, o que podia o que não podia (...) a questão de saber lidar com pessoas diferentes [...]. Foi onde eu reafirmei o que eu queria ser: professora!" (Simone, entrevista)

Na verdade, a ocupação toda foi uma grande aula de cidadania [...]. Eu aprendi muito mais de cidadania em um mês do que eu aprendi em onze anos dentro da escola. Eu saí de dentro da ocupação com outra cabeça, eu procurei entender mais o que era a educação, procurei reivindicar dentro da escola, eu ganhei voz dentro da escola, eu comecei a me preocupar mais, comecei a debater assuntos mais importantes. (Lucas, entrevista)

É possível que as reivindicações do movimento não tenham se fortalecido após o término das ocupações e que muitas demandas levantadas pelos ocupantes sequer tenham ganhado espaço nas discussões das gestões escolares ou instâncias estaduais, no entanto, muitas conquistas do âmbito da infraestrutura e da dinâmica escolar podem ser atribuídas ao movimento. Ocorreram pequenas reformas, a merenda escolar passou a ganhar um olhar mais cuidadoso por parte das direções e, principalmente, algumas passaram a contar com a organização de um Grêmio Estudantil. Um exemplo significativo, no que diz respeito aos

ganhos deste movimento, pode ser atribuído ao processo de reconstrução da Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Ferreira Rodrigues, que teve seu prédio demolido em decorrência da duplicação da rodovia BR 392 e estava instalada em local provisório. Na época da ocupação esta era a principal pauta dos estudantes e, naquele período, maio e junho de 2016, conseguiram ter acesso ao projeto da nova escola, o qual foi desengavetado e passou a fazer parte da força tarefa do estado. A organização e pauta destes estudantes colaborou significativamente para que a edificação da escola passasse do sonho à realidade.

No âmbito das aprendizagens democráticas podemos considerar vários indicadores presentes nas narrativas. Cada escola ocupada teve sua singularidade, no entanto, todas tiveram a oportunidade de experimentar processos potencializadores nos quais os sujeitos ocupantes, foram protagonistas. O movimento de ocupação organizado através das redes abstratas criou um território no município de Rio Grande e tomou como lugar a escola, a partir das ações desenvolvidas por seus protagonistas que, através da participação democrática, da luta e da defesa pela escola pública como ação política, fortaleceu o caminho para o desenvolvimento de aprendizagens democráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram onze escolas estaduais ocupadas no Município de Rio Grande, as quais eram representadas por coletivos de jovens estudantes secundaristas. Cada uma tinha em sua organização grupos de coordenação que não se entendiam como lideranças, pois nos relatos há várias argumentações defendendo que tudo era feito com base na coletividade. Em alguns momentos, desenvolvendo um coletivo mais ampliado de escolas que se reunia para avaliar o movimento e estabelecer estratégias de mobilização em conjunto. Eram jovens que buscavam o direito a ter voz e participação efetiva no espaço escolar para fazer dele o seu lugar. Jovens que vivenciaram aquilo que foi construído nas ocupações: diálogo, defesa dos direitos essenciais, coletividade e participação democrática.

Entendemos que o maior testemunho deixado pelo Movimento de Ocupação para o município de Rio Grande foi a demonstração de que a escola é um local público que precisa ser democratizado, que deve ser gerenciada com responsabilidade pelos governos na busca da qualidade socialmente referenciada dos processos de ensinar e aprender e da valorização dos educadores e funcionários, possibilitando melhores condições de vida e dignidade para todos e todas.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: Harvey, David (et al). *Occupy*. Trad. João Alexandre Peschanski (et al). São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.
- CATTANI, Antônio David. (org.) *Escolas Ocupadas*. Porto Alegre: Cirkula, 2017.
- FRANCO, Maria Laura Puglise Barbosa. *Análise de Conteúdo*. 3 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2003.
- JOVCHELOVITCH, Sandra & BAUER, Martin W. *Entrevista narrativa*. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90 – 113.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SEVERO, Ricardo Gonçalves & SEGUNDO, Mario Augusto Correia San. #OCUPATUDORS – socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP v.19, n.1, p. 73-98, 2017.
- SOUZA, Regina Magalhães de. *O discurso do protagonismo juvenil*. Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- SOUZA, Regina Magalhães de. *O fim do protagonismo juvenil e o retorno à ação política*. Instituto Humanitas Unisinos, maio, 2017. Disponível em:< <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/568183-o-fim-do-protagonismo-juvenil-e-o-retorno-a-acao-politica-entrevista-especial-com-regina-magalhaes-de-souza>> Acesso em 13/08/2018
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- VESENTINI José William. Realidades e Perspectivas do Ensino de Geografia no Brasil. In: VESENTINI José William (org.). *O Ensino de Geografia no Século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 2004, p. 219 – 248.

Recebido em 12 de novembro de 2022.

Aprovado em 17 de abril de 2023.

